

Iphan condena leilão

Valéria Feitoza
André Garcia
Da equipe do **Correio**

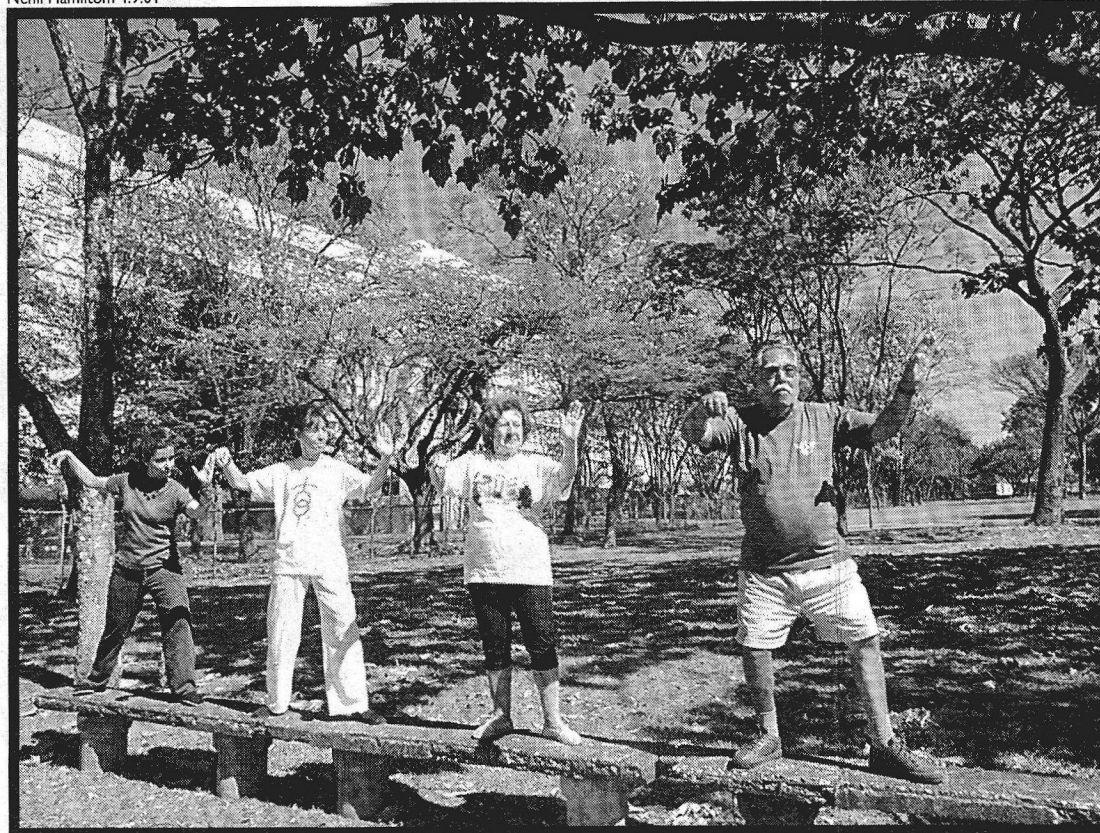
Nehil Hamiltom 4.9.01

O projeto de lei do Governo do Distrito Federal (GDF) que permite a venda de áreas públicas nas entrequadras do Plano Piloto está mais próximo de ser engavetado. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão federal responsável pela preservação dos monumentos brasileiros tombados, apresentou ontem parecer técnico em que considera a proposta prejudicial à preservação do plano urbanístico de Brasília e recomenda ao GDF a retirada do projeto de votação.

“Esse projeto é inconstitucional”, afirmou a gerente Executiva do Iphan em Brasília, Fátima Cisneiros. O parecer avalia que “o projeto contraria as diretrizes de preservação de Brasília contidas no relatório de Lucio Costa, no documento *Brasília Revisitada*, e na portaria 314 do Iphan”. E considera que os 49 terrenos públicos não podem ser vendidos à iniciativa privada. “A partir do momento em que um particular compra o terreno, ele pode depois pedir a mudança de destinação, o que descaracteriza a cidade”, justifica Fátima Cisneiros.

A proposta foi apresentada no final de agosto e imediatamente rechaçada por moradores do Plano Piloto e especialistas. A justificativa do GDF para vender essas áreas era de que elas estavam ociosas há mais de 40 anos. O governo alegou ainda que não dispõe de recursos para construir os equipamentos comunitários previstos. Com a venda dos terrenos, o GDF pretendia arrecadar cerca de R\$ 95 milhões.

Com a manifestação contrária do Iphan, o presidente da Câmara Legislativa, Gim Argello (PMDB), garante que não submeterá o projeto à votação. “Mas



MORADORES DA 104/105 SUL FAZEM TAI-CHI-CHUAN NO ESPAÇO QUE GDF QUER VENDER: ÁREA PARA LAZER

PATRIMÔNIO EM JOGO

O QUE DIZ O PROJETO DE LEI?

■ A proposta do Governo do Distrito Federal enviada à Câmara Legislativa prevê a venda de 49 terrenos no Plano Piloto. Entre eles, estão lotes destinados por Lucio Costa ao lazer dos moradores e à construção de escolas-parque e clubes de unidade de vizinhança.

O QUE SIGNIFICA O PARECER TÉCNICO DO IPHAN?

■ O Iphan considerou a proposta prejudicial à preservação das características do plano urbanístico de Brasília. Se o GDF insistir na venda dos terrenos estará contrariando recomendação do órgão federal responsável por preservar os monumentos brasileiros tombados.

O QUE ACONTECE AGORA?

■ O governador Joaquim Roriz pode, por vontade própria, retirar o projeto da pauta de votação da Câmara Legislativa. O Ministério Público Federal anunciou que contestará a proposta na Justiça, caso ela seja aprovada pelos deputados distritais e se torne lei.

a retirada do projeto de pauta só pode ser feita pelo governador Joaquim Roriz, que apresentou a proposta”, disse o distrital. Consultado pelo **Correio**, o

secretário de Comunicação do GDF, Weligton Moraes, informou que o governo ainda não foi informado sobre o parecer do Iphan. Segundo ele, a deci-

são de retirar ou não o projeto só será tomada depois que o governador tomar conhecimento do teor das justificativas do instituto.

AÇÃO NA JUSTIÇA

Se o projeto não for retirado de pauta, a questão da venda das áreas públicas das entrequadras do Plano Piloto vai parar na Justiça. O procurador da República Alexandre Camanho de Assis, autor do pedido de parecer ao Iphan, adiantou que ajuizará ação civil pública contra a proposta, se ela for aprovada. “Já tenho base técnica suficiente para contestar o projeto na Justiça”, afirmou.

Além de tentar suspender os efeitos da lei caso entre em vigor, o procurador também anunciou a possibilidade de processar os responsáveis pela elaboração da proposta por improbidade administrativa. “O parecer técnico do Iphan é público e mostra que o projeto conflita com os interesses de preservação de Brasília. Uma eventual aprovação da proposta será feita com conhecimento prévio dos responsáveis de que ela é irregular”, argumentou.

Entre especialistas e moradores do Plano Piloto, a manifestação do Iphan e a promessa de retirada do projeto foram recebidas com alívio. “É uma ótima notícia”, reagiu Suzanna Sampaio, do comitê executivo do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (Icomos). Para ela, a aprovação da proposta resultaria em perda de importantes espaços públicos. “As áreas iriam para a iniciativa privada sem ninguém saber o que as empresas construiriam”, avaliou.

Para a presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Ribeiro Bastos, a expectativa é de que a manifestação do Iphan encerre o assunto. “O que a comunidade espera é que o governador e os deputados distritais tenham sensibilidade e desistam de aprovar a proposta.”